



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 18.10.2013

Proc. n.º: 325 – SI 195/13

Horário início: 8h30min

Término: 10h

Assunto: reunião para tratar da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal sem inspeção.

Requerente: Vers. Renato Kranz (1º autor) e Carlos Einar de Mello – “Naná”.

Convidados: Secretaria Municipal de Obras Públicas–SMOP e Secretaria Municipal de Meio Ambiente–SMMA.

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: Inicialmente, o Vereador Renato Kranz (PMDB) destacou as duas questões básicas a serem tratadas: (i) a entrada de produtos clandestinos na cidade, principalmente de origem animal, que envolve questões de saúde pública e de arrecadação de tributos; (ii) falta de produtos de origem animal oriundos da agricultura familiar para serem adquiridos para a alimentação escolar. Apontou necessidade de se cumprir as legislações federal e municipal que dispõem sobre o assunto. Assinalou a possibilidade do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agroindustrial – SUSAF, legislação estadual, implantada na gestão do Governador Tarso Genro, que permite que agroindústrias familiares, que possuem autorização de venda apenas dentro do município de origem, possam comercializar os produtos em todo o Estado, mediante certificado dos Serviços de Inspeção Municipais – SIM. mencionou existência do selo de certificação “Sabor Gaúcho”, voltado para a agricultura familiar. Falou das dificuldades de sensibilizar os produtores rurais montenegrinos sobre a importância dessa produção e de sua qualidade. Destacou importância de organização para que o Município possa, através do setor de alimentação escolar, adquirir essa produção para a merenda escolar, de modo que uma boa fatia de recursos ficaria no Município, desenvolvendo a produção primária e a agricultura familiar. mencionou questão relativa à entrada de produtos clandestinos de outros municípios, ou que tem a inspeção sanitária de outros municípios e que não podem ser vendidos em Montenegro sem o certificado do SIM. Apontou necessidade de fiscalização dos setores tributário e vigilância sanitária sobre esses problemas. Por fim, expressou intenção de sair do encontro com articulação de ações concretas de inspeção e para criação de um programa de trabalho em conjunto entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SMDR, a Secretaria Municipal da Fazenda – SMF, Emater/RS, setor de inspeção veterinária e o setor de alimentação escolar. Secretário Municipal da Fazenda, Astor Plínio Scherer, registrou que a compra da alimentação depende de sanar as deficiências no preparo para o fornecimento regular dessa alimentação e na organização da rede de fornecimento, como fiscalizações. Revelou que a Prefeitura está com disponibilidade de caixa, que passa de dois milhões de reais, com referência à previsão orçamentária relativa à aquisição de alimentação escolar. Destacou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



que seria uma forma de alavancar a agricultura familiar do Município se esse dinheiro ficasse com nossos produtores. Informou que muitas empresas que estão se habilitando para a venda de seus produtos são de outros municípios. Onório da Rosa, integrante da SMDR, revelou que o primeiro município do estado do Rio Grande do Sul credenciado no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é Montenegro. Disse que o Município está caminhando no sentido de incentivar os produtores rurais a entrar nesse programa. Contudo, ressaltou a dificuldade de integrar os agricultores nesse programa, pois envolve um trabalho de buscar que as pessoas desistam de auxílios sociais do governo federal, como o bolsa-família. Viviane Vogt esclareceu que a legislação federal determina que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para alimentação escolar sejam gastos na compra de produtos oriundos da agricultura familiar. Montenegro recebe verba federal de em torno de um milhão e quinhentos mil reais por ano, o que daria em torno de R\$ 450.000,00 reservados legalmente para efetivar essa compra. Em 2010, o Município atingiu 13,76%; em 2011, 22,82%; 2012, 25,78%; hoje, com uma compra já efetuada e outra em andamento, o índice é de 28,31%. Contudo, destacou que a meta não será atingida em função de trâmites burocráticos internos, principalmente com relação ao setor de licitações. Disse entender que o chamamento público foi criado para ser um processo ágil, para pular etapas, com uma exigência de documentos menor, para que o pequeno produtor possa participar do certame. Considerou que dos produtos que foram adquiridos mediante o chamamento público, o total da compra pela agricultura familiar foi de R\$ 220.985,00. Se o Município tivesse comprado dos fornecedores do Registro de Preços o valor teria sido de R\$ 197.746,00. Ressaltou que há produtos da agricultura familiar que foram cotados 84% a mais do valor em comparação com o preço ofertado pelo fornecedor. Contudo, revelou que a Administração é favorável em realizar a compra do produto do agricultor local, porque sabem que isso é importante para gerar o desenvolvimento econômico da agricultura do Município. Entretanto, em termos de administração de verba pública, se mostrou incomodada. Informou que, do volume de compras, muitos fornecedores são de Montenegro, mas parte da verba fica com Maquiné, outra com Harmonia, e outra com Nova Santa Rita. Revelou que na prestação de contas, como a verba é muito grande, para justificar os 30%, são colocados na compra produtos mais caros. Explicou que são licitados produtos perecíveis e não perecíveis passíveis de serem adquiridos através da agricultura familiar. De perecíveis, há possibilidade de se comprar 327 toneladas/ano com fornecedores de vários municípios. Ressaltou que falta uma política que mapeie no estado quais são as vocações agrícolas de cada região e que deveriam existir outros mecanismos para adquirir esses produtos, que não o chamamento público. Destacou que falta um entendimento quanto à licitação, que frustra a programação da secretaria, que exige que se tenha que fugir da compra pela agricultura familiar e que se compre do fornecedor do Registro de Preços. Disse que é preciso uma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



amarração melhor entre os agricultores, que ficam temerosos e desestimulados pela morosidade do processo. Contou que hoje estava encaminhando compra de não perecíveis para o “Mais Educação”, pois não tem mais feijão no estoque, e que na chamada pública aberta em outubro está prevista a aquisição de 2.800 Kg de feijão. No entanto, precisa já estar com o rancho pronto para entregar nas escolas. Assim, se viu obrigada a comprar o feijão do fornecedor. Observou que o entendimento da secretaria é o de fazer com que o agricultor participe ativamente desse processo. Luiz Carlos Casado, da vigilância sanitária, disse que o setor não tem um fiscal específico para averiguar *in loco* os estabelecimentos comerciais, tendo que se valer das denúncias, que estão sendo verificadas *in loco*. Revelou que ontem tiveram a visita do coordenador da 1ª Coordenadoria Regional de Saúde – CRS, Ciro Santana de Lima, que se colocou à disposição da vigilância sanitária e da saúde do Município. Reclamou não terem quadro de pessoal que cuide da parte administrativa, acumulando o serviço. Comentou que existe promessa de que no ano que vem terão uma equipe de fiscais um pouco maior da atual. Secretário Astor ressaltou que o grande complicador é a legislação e que a grande preocupação da comissão de licitações é cumprir a lei. Assim, apontou necessidade de estudar os casos e fazer procedimentos diferenciados: um especificamente para produtos que podem ser comprados da agricultura familiar e outro que tem que ser feito de acordo a Lei n.º 8.666/93. Destacou que o grande receio deles é não haver apontamentos do Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS. Viviane esclareceu que eles já correm separados. A lei n.º 11.947/2009, que é muito mais flexível e ágil, já foi criada para desengessar a Lei n.º 8.666/93. Mencionou que há um excesso de zelo por parte do setor de licitações. Destacou que não se pode deixar que esse processo burocrático freie o processo de desenvolvimento da atividade do agricultor. Relatou que existe uma demanda por ano de 327 toneladas de perecíveis, entre carnes, leites, derivados e hortifrutigranjeiros. O Município fomenta o agricultor. Reiterou que existe um calendário de plantio e colheita do agricultor, só que o processo não acontece dentro desse prazo em virtude de processos burocráticos. O produtor assim se desestimula em produzir para a alimentação escolar. Observou assim que o ponto nevrálgico da reunião é o processo de licitação, que precisa ser trabalhado conforme a lei n.º 11.947/09. Por fim, destacou que nos dezenove anos que está à frente do setor da merenda escolar nunca houve um apontamento do TCE/RS. Vereador Kranz apontou problema da logística de distribuição do produto, em função da multiplicidade dos pontos de distribuição. Afirmou que esse é um problema de gestão de logística de distribuição entre as secretarias da educação e do desenvolvimento rural, que precisa ser resolvido para fomentar a produção do agricultor familiar. Sugeriu analisar possibilidade de demarcar um único local para o agricultor depositar seu produto. Levantou questão sobre necessidade de fortalecer a inspeção de produtos de origem animal, que envolve a área sanitária, criminal e tributária. Amorete Tavares, Comissário de Polícia da Polícia Civil, falou dos crimes de abigeato. Sobre a fiscalização, disse que é difícil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



porque faltam recursos humanos, falta de concursos na área. Afirmou que crimes contra a saúde pública, contra a economia popular, serão combatidos pelo efetivo da polícia civil. Colocou-se à disposição dos diferentes setores para coordenar as ações. Casado expressou que a inspeção sanitária é realizada anualmente, e que, após sua realização, os estabelecimentos comerciais recebem alvará de funcionamento com validade de um ano. Destacou que se houver denúncias, o setor vai averiguar. Ressaltou dificuldades enfrentadas pelo órgão porque não possuem um médico veterinário concursado para detectar fraudes quanto aos produtos de origem animal. Observou que a fiscalização precisa ser feita nos açougues, nos estabelecimentos que recebem a carne abatida clandestinamente, verificando se a carne tem nota fiscal e selo de inspeção. Disse que só há possibilidade de averiguar os abatedouros clandestinos através de denúncias. Vereador Kranz mencionou importância de ações coordenadas entre as secretarias e departamentos da prefeitura e polícia civil para realização de batidas periódicas, tornando-as públicas através da imprensa, como medida pedagógica, o que daria uma freada nesse tipo de prática. Perguntou se o Município está adquirindo produtos de origem vegetal da agricultura familiar, como cucas e pães. A Nutricionista Fernanda Weber disse que para que a compra seja feita, o agricultor precisa ser produtor da farinha. Vereador Kranz contestou, dizendo que existe autorização da secretaria do estado, no caso de cidades que não são produtoras de trigo. Viviane destacou que essa questão está sendo revista em função da mudança de legislação, pois querem muito comprar os produtos de qualidade produzidos na cidade, que estavam previstos na última chamada pública. Astor comentou necessidade de preparar o Município com uma logística de armazenamento dos produtos de origem agrícola para não comprometer a viabilidade econômico-financeira desses programas para o Município e para os agricultores. Viviane revelou que são 47 escolas na cidade abastecidas com a merenda escolar. O Município serve em torno de vinte mil refeições por dia. Contou que a legislação do FNDE é seguida, servindo uma alimentação nutritiva, balanceada, saborosa e segura. Revelou que no dia 23 virá um palestrante falar sobre a manipulação segura de alimentos pelas merendeiras. Por fim, observou necessidade de se ter esse compromisso de oferecer essas refeições diárias dessa forma. Casado sugeriu que a própria Casa do Produtor possa servir de central para distribuição desses produtos. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

Ver. Renato Kranz – PMDB
1.º autor

Ver.^a Rosemari Almeida – PP
Presidenta